

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: jjiwid4s SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 18/10/2023 Projeto de lei nº 2052/2023 Protocolo nº 11712/2023 Processo nº 3503/2023	
Autor: Dep. Wilson Santos		

Dispõe sobre o estímulo à atividade de podologia no âmbito do estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido, no âmbito de Mato Grosso, o estímulo à atividade da podologia.

Art. 2º Atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei, serão considerados profissionais da área de podologia:

I - Podólogo: o profissional de atenção à saúde com formação de nível superior em podologia, devidamente habilitado em curso aprovado por órgão competente e regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases; e

II - Técnico de Podologia: o profissional de atenção à saúde com formação de nível médio, devidamente habilitado em curso técnico de podologia aprovado por órgão competente e regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases.

Art. 3º A atividade de podologia, conforme inserido na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 3221-10, do Ministério do Trabalho e Emprego, compete:

I - ao Podólogo:

- a) Tratamentos com equipamentos tecnológicos da área da saúde;
- b) Modelação e confecção de órteses e palmilhas;
- c) Laudos técnicos;
- d) Uso de medicamentos locais tópicos;
- e) Tratar as podopatias superficiais dos pés;

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

- f) Alinhar lâmina ungueal através de procedimento superficial com órteses;
- g) Aplicar proteções e correções podológicas, preparar moldes e modelos para órteses e próteses;
- h) Orientar pacientes sobre medidas preventivas, bem como explicar técnicas de procedimentos;
- i) Realizar atividades educativas e orientações nas esferas pública e privada, promovendo a melhora podológica da população; e
- j) Responsabilizar-se pelos atos praticados no exercício da profissão.

Parágrafo único. Entende-se pelas podopatias superficiais referidas no inciso desse artigo o tratamento de calos, calosidades plantares, onicocriptose (unha encravada), alterações nas lâminas ungueais e asperezas plantares.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais de podologia deverão ter, obrigatoriamente, um podólogo como responsável técnico.

Art. 5º São deveres do podólogo:

- a) uso, no estabelecimento de prestação de serviços, de produtos com informações de rotulagem e registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- b) realizar procedimentos de higienização, desinfecção e/ou esterilização de materiais no estabelecimento, bem como, acondicionamento desses materiais de acordo com as normas sanitárias vigentes;
- c) acondicionamento e descarte adequado de lixo contaminado para incineração;
- d) utilizar equipamentos de proteção individual;
- e) manter fichas de prontuário de usuários;
- f) reconhecer, orientar e tratar com segurança as afecções superficiais podológicas do paciente diabético, utilizando-se do seu conhecimento profissional para orientação e educação do paciente sobre os riscos da não higienização dos pés;
- g) identificar e encaminhar adequadamente as afecções que requeiram cuidados médicos especializados; e
- h) são obrigações profissionais do podólogo: trabalhar com ética, cuidar da higiene e aparência pessoal, saber manipular materiais, produtos químicos de esterilização e limpeza e medicamentos para uso no atendimento dos pacientes e atualizar-se profissionalmente.

Art. 6º A atividade da podologia será realizada em clínicas de estética, estabelecimentos que ofereçam serviços e produtos de podologia, associações, hospitais, unidades básicas de saúde, agremiações esportivas, domicílios ou na atuação como profissional autônomo.

Art. 7º O local onde haverá o exercício da podologia somente poderá funcionar mediante a expedição de alvará ou licença de funcionamento emitido pelo órgão competente.

Parágrafo único. Para atendimento domiciliar o profissional deverá ter um local próprio para esterilização dos materiais a serem utilizados.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A saúde dos pés é de suma importância para a saúde geral do indivíduo, tendo impacto direto em sua qualidade de vida. O podólogo, técnico e tecnólogo especializado na área, são treinados para prevenir, identificar, tratar e encaminhar, quando necessário, afecções que possam exigir cuidados médicos mais especializados.

Dessa forma, faz-se necessário que esses profissionais tenham condições legais para, em conformidade com os padrões técnicos, oferecer seu trabalho à população que necessita de cuidados com a saúde de seus pés.

Em um cenário em que, o consumidor está cada vez mais atento e exigente quanto à qualidade dos serviços que lhe são prestados, é fundamental que Mato Grosso assegure que estabelecimentos de podologia estejam à altura dessas expectativas. O consumidor tem o direito de, ao procurar um serviço de podologia, ser atendido por um profissional com a formação técnica adequada.

O presente Projeto de Lei não só eleva o padrão de serviços oferecidos em Mato Grosso, mas também representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos consumidores e na promoção da saúde pública dos cidadãos.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposição.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Outubro de 2023

Wilson Santos
Deputado Estadual